

Relatório de Atividades 2016

I – Introdução

II – Atividades Desenvolvidas

III – Estrutura Organizacional e Funcional

IV – Orçamento e Execução Financeira

V – Balanço do Trabalho Realizado

ANEXO – Programas de Seminários

I – Introdução

O Conselho Nacional de Educação (CNE) é um órgão independente, com funções de natureza consultiva, que tem por missão promover a participação das várias forças sociais, culturais e económicas na análise e apreciação da política educativa, tendo em vista a concertação social necessária à formação de consensos em matéria de Educação. Esta missão cumpre-se através de um conjunto de atividades, designadamente a emissão de pareceres e recomendações, a organização de seminários e colóquios, a realização ou solicitação de estudos, a audição de especialistas e a publicação dos documentos produzidos no âmbito da sua ação.

A sua independência e autonomia, consagradas na Lei Orgânica, expressam-se, sobretudo, no estabelecimento de uma agenda própria, definindo áreas de intervenção consideradas fundamentais para a melhoria da Educação e na emissão de pareceres, opiniões e recomendações por iniciativa própria.

O Plano Plurianual de Atividades do CNE para 2014-2017 perspetivou a sua ação no quadriénio, tendo presente a situação educativa nacional, as prioridades definidas pelo Governo nas GOP e a vontade expressa de alcançar as metas da Estratégia Europa 2020 acordadas no âmbito da União Europeia, e definiu os objetivos estratégicos, os domínios prioritários e as temáticas a abordar ao longo do período considerado.

Nessa medida, as atividades desenvolvidas em 2016, das quais se dá conta neste relatório, decorrem dos domínios estabelecidos no referido Plano Plurianual: i) **organização, desempenho e qualidade da Educação**; ii) **aprendizagens, equidade e coesão social**; iii) **conhecimento, inovação e cultura científica** e iv) **condição docente**, das temáticas selecionadas para esse ano e dos pedidos de parecer que foram dirigidos ao Conselho.

Da sua atividade consultiva, destaca-se em 2016 a emissão de três pareceres, solicitados pela Comissão de Educação da Assembleia da República, sobre *avaliação das aprendizagens e realização de provas finais no ensino básico; formação inicial de educadores e professores e o acesso à profissão e organização da escola e promoção do sucesso escolar*, e uma recomendação sobre *a condição docente e as políticas educativas*. Foram também elaborados dois relatórios técnicos sobre formação inicial de educadores e professores e sobre a condição docente, que suportaram os respetivos pronunciamentos.

Em abril de 2016, foi divulgado o primeiro de um conjunto de três estudos sobre organização escolar, que tem como tema as turmas, a que se seguirão um segundo sobre o tempo escolar e um terceiro sobre a nova realidade dos agrupamentos de escolas, já em fase de preparação.

Importa igualmente realçar o ciclo de seminários dedicados à Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), realizados no ano em que se completaram os 30 anos da sua publicação. Este conjunto de iniciativas percorreram diferentes temas, tais como: Educar para que futuro?; Currículo e conhecimento: o que ensinar e como ensinar?; Organização do sistema educativo: ciclos de ensino e modalidades de educação; Escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetos, equidade e sucesso no sistema educativo; Liberdade de ensino e serviço público de educação; Organização e desenvolvimento do ensino superior; Formação de professores dilemas e desafios e Centralidade, descentralização e autonomia em educação.

Ainda no âmbito da LBSE é de referir a organização de um repositório de leis estruturantes da educação desde o séc. XIX à atualidade, que irá ser editado em livro no primeiro trimestre de 2017.

Outras iniciativas tiveram lugar no CNE ao longo de 2016, quer no âmbito da atividade regular das Comissões Especializadas Permanentes, quer como suporte à produção de conhecimento e reflexão necessários à fundamentação dos pareceres e recomendações que foram emitidos. Regista-se o Seminário *Aprendizagem, TIC e Redes Digitais* e as Audições a especialistas de diferentes áreas, nomeadamente professores e diretores de agrupamentos de escolas dos ensinos básico e secundário, investigadores e professores ligados à formação inicial de docentes e ao Presidente da Comissão de Acompanhamento Programa Operacional Capital Humano – POCH.

O ciclo de 11 fóruns do Projeto aQeduto, iniciado em dezembro de 2015, decorreu ao ritmo de um por mês e terminou em outubro de 2016 com a realização do Fórum 11, na Torre do Tombo. Este projeto, promovido pelo CNE e pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, visou explicar a variação dos resultados dos alunos portugueses nos testes PISA (2000 e 2012), tendo em conta três eixos fundamentais: os alunos, as escolas e o país. Ao longo deste ciclo foram tratados os seguintes temas: *Educação e Economia: Quem vai à frente?; "Chumbar" melhora as aprendizagens?; Pais e filhos: a história repete-se?; O pré-escolar faz a diferença?; O que faz uma boa escola?; Bons ambientes, bons alunos?; Público ou privado: há um modelo perfeito?; E os alunos, que responsabilidade?; Números, letras ou tubos de ensaio?; Os professores são todos iguais? e Afinal, porque melhoraram os resultados?*

Como vem sendo habitual, o CNE divulgou em setembro de 2016 o relatório *Estado da Educação 2015*. Para além da evolução de indicadores que se mantêm desde 2010, o documento tem como tema introdutório, no capítulo um, uma análise sobre as atitudes dos alunos perante a escola e a relação dos ambientes escolares com as aprendizagens e, na parte 2, publica dois artigos científicos que abordam temas estruturais do ensino superior, o do *inbreeding* académico e o da produção científica.

O Conselho Nacional de Educação continua a apostar no seu sítio na *internet* como o meio privilegiado de informação e divulgação da sua atividade e de estudos e relatórios provenientes de diferentes instituições, ligados às questões da Educação. Em 2016, foi inaugurada a transmissão em direto dos seminários realizados, bem como dos fóruns do projeto AQeduto.

II – Atividades Desenvolvidas

II.1. Emissão de Pareceres e Recomendações

O Conselho Nacional de Educação tem na emissão de Pareceres e Recomendações, a pedido do Governo, da Assembleia da República e por iniciativa própria, uma das suas atividades principais. Em 2016, o CNE elaborou e aprovou em sessão plenária os seguintes pareceres e recomendação:

Parecer sobre avaliação das aprendizagens e realização de provas finais no ensino básico

A Comissão Parlamentar de Educação e Ciência solicitou ao Conselho um parecer sobre os Projetos de Lei N.º 37/XIII/1.^a, que elimina os exames nacionais do 1.º ciclo do ensino básico (Bloco de Esquerda) e n.º 44/XIII/1.^a, que elimina as provas finais de 1.º ciclo do ensino básico (Partido Comunista Português). Os relatores do projeto de parecer, o presidente David Justino e os conselheiros José Bravo Nico e José Augusto Bernardes, entenderam que esta apreciação deveria considerar ainda o Projeto de lei n.º 45/XIII/1.^a, apresentado pelo Partido Comunista Português, que elimina os exames de 2.º ciclo e 3.º ciclo do ensino básico, dada a convergência temática dos seus conteúdos em torno da avaliação externa das aprendizagens no ensino básico.

O parecer analisa o enquadramento normativo da avaliação externa das aprendizagens no sistema educativo português, os seus princípios, instrumentos, evolução e consequências, e expressa um conjunto de recomendações sobre o sistema de avaliação das aprendizagens, a perspetiva de eliminação das provas finais e dos exames e os efeitos de indução sobre o desenvolvimento curricular e a avaliação interna das aprendizagens.

Parecer sobre formação inicial de educadores e professores e o acesso à profissão

Este parecer decorre de um pedido feito pela Comissão Parlamentar de Educação e Ciência para que o CNE se pronunciasse sobre os seguintes projetos de lei: Projeto de Lei n.º 38/XIII/1.^a (BE), que revoga a prova de avaliação de conhecimentos e competências (PACC) e Projeto de Lei n.º 46/XIII/1.^a (PCP) que estabelece os requisitos para o acesso à profissão docente e garante a anulação dos efeitos da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades.

O Conselho considerou que a garantia da qualidade profissional docente não pode ser dissociada das opções políticas relativas ao perfil dos professores que queremos formar e, conseqüentemente, dos modelos de formação inicial, nem de uma visão integrada do funcionamento e regulação do sistema de educação e formação. Assim, foi elaborado um parecer mais abrangente sobre a formação inicial de

professores, situando a reflexão numa visão ampla e sistémica, tendo em conta a inter-relação e a interdependência que estabelece com os vários domínios associados (habilitação profissional, formação profissional, dispositivos de recrutamento e seleção, mecanismos de operacionalização e de regulação do sistema). O projeto de parecer foi apresentado pela conselheira Conceição Castro Ramos e aprovado em sessão plenária em 12 de fevereiro de 2016.

Parecer sobre a organização da escola e promoção do sucesso escolar

O projeto de parecer foi elaborado pelo conselheiro Joaquim Azevedo e resulta de um pedido de apreciação feito pela Comissão de Educação da Assembleia da República, sobre um conjunto de iniciativas parlamentares relativas ao número de alunos por turma e à promoção do sucesso escolar, apresentadas pelos seguintes partidos: Os Verdes, Projeto de Lei n.º 16/XIII (1.ª) - Estipula o número máximo de alunos por turma; PCP, Projeto de Lei n.º 148/XIII (1.ª) - Estabelece medidas de redução do número de alunos por turma visando a melhoria do processo de ensino -aprendizagem; BE, Projeto de Lei n.º 154/XIII (1.ª) - Estabelece um número máximo de alunos por turma e por docente na educação pré -escolar e nos ensinos básico e secundário; CDS-PP, Projeto de resolução n.º 213/XIII (1.ª) - Promoção do sucesso escolar através de um estratégico e adequado dimensionamento de turmas; PS, Projeto de resolução n.º 216/XIII (1.ª) - Recomenda ao Governo a progressiva redução do número de alunos por turma; BE, Projeto de resolução n.º 217/XIII (1.ª) - Medidas para a promoção do sucesso escolar.

O Conselho optou por enquadrar estas iniciativas numa análise mais ampla, que comporta tanto a organização das escolas, nas suas múltiplas dimensões, como a promoção do sucesso escolar, objetivo principal que se pretende atingir seja com a redução do número de alunos por turma seja com a própria reorganização da escola.

Recomendação sobre a condição docente e as políticas educativas

A recomendação sobre a condição docente e as políticas educativas observou as condições de exercício, a missão, os papéis, funções e desafios dos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, partindo da identificação de um conjunto de tendências gerais e comuns e das questões que as mesmas suscitam. O projeto de recomendação, subscrito pela conselheira Conceição Castro Ramos, foi inicialmente concebido como um documento de trabalho para uma base comum de informação e conhecimento sobre a condição docente. O conjunto de debates e reflexões desenvolvido na 5.ª Comissão Especializada Permanente permitiu a construção de uma visão partilhada e

consensualizada que ficou expressa nesta recomendação aprovada na sessão plenária de 8 de junho de 2016.

No Quadro II.1.1 sumarizam-se os temas e nomes dos (as) Relatores (as) dos Pareceres e da Recomendação, aprovados em Plenário e publicados em Diário da República:

QUADRO II.1.1

PLENÁRIO	PARECERES e RECOMENDAÇÕES (n.º do D.R.)	ASSUNTO	CONSELHEIRO/A RELATOR/A	Publicação em Diário da República
123. ^a Sessão Plenária	Parecer Nº 2/2016	Parecer sobre avaliação das aprendizagens e realização de provas finais no ensino básico	David Justino, José Carlos Bravo Nico e José Augusto Bernardes	D.R. nº29, 2ª Série, de 11 de fevereiro de 2016
124. ^a Sessão Plenária	Parecer Nº 4/2016	Parecer sobre formação inicial de educadores e professores e o acesso à profissão	Maria da Conceição Castro Ramos	D.R. nº41, 2ª Série, de 29 de fevereiro de 2016
126. ^a Sessão Plenária	Parecer Nº 5/2016	Parecer sobre a organização da escola e promoção do sucesso escolar	Joaquim Azevedo	D.R. nº 222, 2ª Série, de 18 de novembro
126. ^a Sessão Plenária	Recomendação Nº1 /2016	Recomendação sobre a condição docente e as políticas educativas	Maria da Conceição Castro Ramos	D.R. nº 241, 2ª Série, de 19 de dezembro

II.2. Realização de Seminários, Conferências, Audições e Fóruns

O Conselho Nacional de Educação tem organizado, desde a sua criação, inúmeras iniciativas que visam aprofundar e antecipar novos temas na agenda da política educativa. O conhecimento e a reflexão produzidos têm constituído um valioso contributo para a construção do pensamento do Conselho e para a prossecução da sua missão de órgão consultivo.

Em 2016, o Conselho Nacional de Educação levou a cabo um conjunto de seminários, fóruns e audições abertos à participação de instituições e especialistas exteriores ao Conselho. Muitas das iniciativas foram realizadas em parceria com outras instituições, designadamente do ensino superior, e decorreram em diferentes pontos do país.

O Quadro seguinte sintetiza as iniciativas realizadas em 2016, cujos programas constam em ANEXO, bem como as datas, locais e personalidades presentes.

QUADRO II.2.1

Tipo de iniciativa	Designação	Data
Seminários	Ciclo de Seminários sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo Seminário: <i>Educar para que futuro?</i> (CNE)	15/fevereiro
	Ciclo de Seminários sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo Seminário: <i>Currículo e conhecimento: o que ensinar e como ensinar?</i> (CNE)	14/março
	Seminário: <i>Aprendizagem, TIC e redes Digitais</i> (CNE)	6/abril
	Ciclo de Seminários sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo Seminário: <i>Organização do Sistema Educativo: modalidades de educação e ciclos de ensino</i> (Conservatório de Música do Porto)	11/abril
	Ciclo de Seminários sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo Seminário: <i>Escolaridade Obrigatória, diferenciação de trajetos, equidade e sucesso no sistema educativo</i> (Escola secundária Alves Martins – Viseu)	16/maio
	Ciclo de Seminários sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo Seminário: <i>Liberdade de Ensino e Serviço Público de Educação</i> (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)	6/junho

	<p>Ciclo de Seminários sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo Seminário: Organização e desenvolvimento do ensino superior (Universidade do Minho - Braga)</p>	8/julho
	<p>Ciclo de Seminários sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo Seminário: Formação de professores: dilemas e desafios (Instituto Politécnico de Santarém)</p>	24/outubro
	<p>Ciclo de Seminários sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo Seminário: Centralidade, Descentralização e Autonomia em Educação (Instituto Politécnico de Leiria)</p>	14/novembro
Audições	<p>Audição referente aos projetos de alteração legislativa sobre o acesso à profissão e a Prova de Avaliação de Capacidades e Conhecimentos: <i>Dr. José Diamantino Biscaia</i> – Diretor do Agrupamento de Escolas Dr. Azevedo Neves, Amadora; <i>Dra. Hermínia Silva</i> – Diretora da Escola Secundária Rainha Dona Leonor <i>Dra. Aida Marques</i> – Agrupamento de Escolas Padre Alberto Neto, Queluz; <i>Prof.ª Doutora Leonor Santos</i> – Instituto de Educação da Universidade de Lisboa; <i>Dr. Marcos Teixeira Soares Onofre</i> – Faculdade de Motricidade Humana; <i>Prof.ª Doutora Isabel Alarcão</i> – Departamento de Educação da Universidade de Aveiro; <i>Prof.ª Doutora Ana Isabel Andrade</i> – Departamento de Educação da Universidade de Aveiro; <i>Prof.ª Doutora Assunção Flores</i> – Instituto de Educação da Universidade do Minho; <i>Prof.ª Doutora Carla Kullberg</i> – Vice-Presidente do Conselho Pedagógico-Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa; <i>Dra. Lucinda Manuela Dâmaso</i> – Vice Secretária- Geral da Federação Nacional de Educação.</p>	19/janeiro
	<p>Audição referente aos projetos de alteração legislativa sobre o acesso à profissão e a Prova de Avaliação de Capacidades e Conhecimentos: <i>Prof. Doutor António Teodoro</i>- Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; <i>Dr. Mário Nogueira</i> – Secretário-Geral da FENPROF; <i>Dr. Francisco Simões</i> – Diretor da Escola Básica 23 da Olaias; <i>Prof. Doutor António Manuel Águas Borralho</i> – Departamento de Pedagogia da Educação da Universidade de Évora; <i>Dra. Josete Oliveira</i> – Agrupamento de Escolas Augusto Cabrita, Barreiro; <i>Prof. Doutor Carlos Ceia</i> – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; <i>Prof.ª Doutora Ângela Lemos</i> – Escola Superior de Educação de Setúbal; <i>Prof.ª Doutora Teresa Leite</i> - Escola Superior de Educação de Lisboa; <i>Doutora Isabel Barbosa</i> – Agrupamento de Escolas Sá de Miranda, Braga; <i>Prof.ª Doutora Maria do Céu Roldão</i> – Universidade Católica;</p>	20/janeiro

	<p><i>Dr. Pedro Vieira</i> – Associação Nacional de Professores Contratados; <i>Dr. César Paulo</i> - Associação Nacional de Professores Contratados; <i>Prof. Doutor José Carlos Morgado</i> – Instituto de Educação da Universidade do Minho; <i>Prof.ª Doutora Isabel Flávia Vieira</i> – Instituto de Educação da Universidade do Minho.</p>	
	<p>Audição no âmbito das 1ª e 4.ª Comissões Especializadas Permanentes, sobre acompanhamento da execução do quadro Comunitário de Apoio 2014-2020, na área da Educação, nomeadamente no que diz respeito ao cumprimento das metas estipuladas: <i>Doutor Pedro Tabora</i> – Presidente da Comissão de Acompanhamento Programa Operacional Capital Humano – POCH.</p>	18/março
	<p>Audição relativa ao Tempo Escolar: <i>Dra. Fernanda Costa</i> – Escola Básica 1 São Miguel, Lisboa</p>	15/novembro
	<p>Audição relativa ao Tempo Escolar: <i>Dr. José Gonçalves</i> – Confederação Nacional das Associações de Pais, CONFAP; <i>Dra. Cristina Câmara</i> - Associação de Professores de Geografia, Agrupamento de Escolas de Linda-a-Velha e Queijas; <i>Dra. Ana Cirne</i> – Escola Secundária Virgílio Ferreira.</p>	17/novembro
	<p>Audição relativa ao Tempo Escolar: <i>Dr. Rui Pedro Pires</i> - Confederação Nacional das Associações de Pais, CONFAP</p>	18/novembro
	<p>Audição relativa ao Tempo Escolar: <i>Dr. Nuno Santos</i> – Diretor do Agrupamento de Escolas de Vialonga; <i>Dr. João Silva</i> – Diretor do Agrupamento de Escolas Raúl Proença, Caldas da Rainha; <i>Dra. Ana Paula Neto</i> – Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho, Sesimbra; <i>Dra. Maria de Jesus Pires</i> - Diretora do Agrupamento de Escolas de Mafra; <i>Dr. José Martins Rocha</i> – Diretor do Agrupamento de Escolas Latino Coelho, Lamego; <i>Dr. Luis Fernandes</i> – Diretor do Agrupamento de Escolas de Freixo, <i>Dr. Manuel Esperança</i> – diretor do Agrupamento de Escolas José Gomes Ferreira, Lisboa; <i>Dra. Luísa Simão</i> – Escola Secundária Prof. José Augusto Lucas, Linda-a- Velha</p>	22/novembro
Fóruns	<p style="text-align: center;">AQeduto 2 Chubar melhora as aprendizagens?</p> <p>ABERTURA <i>David Justino</i> – Presidente do Conselho Nacional de Educação; <i>Nuno Garoupa</i> – Presidente da Fundação Francisco Manuel dos Santos;</p> <p>DEBATE <i>Anabela Gráio</i> – Diretora do Agrupamento de Escolas de Constância.</p>	25/janeiro

	<p style="text-align: center;">AQeduto 3 <i>Pais e filhos: a história repete-se?</i></p> <p>ABERTURA <i>David Justino</i> – Presidente do Conselho Nacional de Educação; <i>Pedro Magalhães</i> – Diretor Científico da Fundação Francisco Manuel dos Santos;</p> <p>DEBATE <i>Eva Gonçalves</i> – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.</p>	29/fevereiro
	<p style="text-align: center;">AQeduto 4 <i>O pré-escolar faz a diferença?</i></p> <p>ABERTURA <i>David Justino</i> – Presidente do Conselho Nacional de Educação; <i>Nuno Garoupa</i> – Presidente da Fundação Francisco Manuel dos Santos;</p> <p>DEBATE <i>Gabriela Portugal</i> – Universidade de Aveiro</p>	28/março
	<p style="text-align: center;">AQeduto 5 <i>O que faz uma boa escola?</i></p> <p>ABERTURA <i>David Justino</i> – Presidente do Conselho Nacional de Educação; <i>David Lopes</i> – Diretor-Geral da Fundação Francisco Manuel dos Santos;</p> <p>DEBATE <i>Carlos Figueira</i> – Diretor do Agrupamento de Escolas Conde de Oeiras</p>	26/abril
	<p style="text-align: center;">AQeduto 6 <i>Bons ambientes, bons alunos?</i></p> <p>ABERTURA <i>David Justino</i> – Presidente do Conselho Nacional de Educação; <i>Pedro Magalhães</i> – Diretor Científico da Fundação Francisco Manuel dos Santos;</p> <p>DEBATE <i>Isabel Leiria</i> – Jornalista do Expresso</p>	30/maio
	<p style="text-align: center;">AQeduto 7 <i>Público ou privado: há um modelo perfeito?</i></p> <p>ABERTURA <i>David Justino</i> – Presidente do Conselho Nacional de Educação; <i>David Lopes</i> – Diretor-Geral da Fundação Francisco Manuel dos Santos;</p> <p>DEBATE <i>Bárbara Wong</i> - Jornalista do Público</p>	27/junho
	<p style="text-align: center;">AQeduto 8 <i>E os alunos, que responsabilidade?</i></p> <p>ABERTURA <i>Manuel Miguéns</i> – Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação; <i>Carlos Fiolhais</i> – Coordenador Científico da área do conhecimento;</p> <p>DEBATE <i>Hugo Carvalho</i> – Presidente do Conselho Nacional da Juventude</p>	25/julho

	<p style="text-align: center;">AQeduto 9 <i>Números, letras ou tubos de ensaio?</i></p> <p>ABERTURA <i>Manuel Miguéns</i> – Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação; <i>Pedro Magalhães</i> - Diretor Científico da Fundação Francisco Manuel dos Santos;</p> <p>DEBATE <i>Helder Manuel Diniz de Sousa</i> – Presidente do Instituto de Avaliação Educacional</p>	26/setembro
	<p style="text-align: center;">AQeduto 10 <i>Os professores são todos iguais?</i></p> <p>ABERTURA <i>David Justino</i> – Presidente do Conselho Nacional de Educação; <i>Carlos Fiolhais</i> – Coordenador Científico da área do conhecimento;</p> <p>DEBATE <i>José León Carrillo</i> – Membro do Conselho Nacional de Educação</p>	17/outubro
	<p style="text-align: center;">AQeduto 11 <i>Afinal, porque melhoraram os resultados?</i></p> <p>ABERTURA <i>Manuel Miguéns</i> – Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação; <i>Pedro Magalhães</i> - Diretor Científico da Fundação Francisco Manuel dos Santos;</p> <p>DEBATE <i>João Batista</i> – Subdiretor-Geral de Estatística da Educação</p>	24/outubro

II.3. Cooperação com Outras Entidades — intervenções e participações

No decurso de 2016, o CNE prosseguiu a sua estratégia de colaboração e participação em iniciativas de outras entidades, tanto a nível nacional como internacional, através de intervenções e/ou participações em iniciativas externas do Presidente:

A Nível Nacional

Audições e audiências

- Audição na Comissão Parlamentar de Educação requerida pelo Grupo parlamentar do PSD, sobre Avaliação das Aprendizagens e Realização de Provas Finais do Ensino Básico, 19 janeiro;
 - Audiência, no CNE, ao Presidente da International Society for Education Through Art-InSEA, Teresa Torres Eça, em 23 de fevereiro;
 - Audiência ao Presidente do Conselho Nacional de Juventude, Hugo Carvalho, em 10 de março;
 - Audiência a Isabel Carreira no âmbito de projeto de doutoramento e/ou produção literária, em 17 março;
 - Audiência com o Senhor Presidente da Assembleia da República, em 17 de maio;
 - Audição na Comissão Parlamentar de Educação - Grupo de trabalho de acompanhamento das transferências de competências na Educação, em 25 maio;
 - Audiência aos Colégios, de Gaia, S. Miguel, Salesianos, Internato dos Carvalhos, Gonçalo de Amarante, Cooperativa de Ensino de Riba d’Ave, e às Escolas, de Formação Social Rural de Lamego, Social de Leiria e ao Instituto de Educação e Desenvolvimento (INED), em 16 junho;
 - Audiência à Plataforma para o Crescimento Sustentável (PCS) para apresentação do estudo designado “ Game Changers: surfing the wave of technology disruption”, em 27 junho;
 - Audiência a Jorge Moreira da Silva, em 27 junho;
 - Audiência a Inês Menezes, em 10 outubro;
 - Audiência ao Sindicato Independente de Professores de apresentação dos resultados sobre educação e carreira docente debatidos no congresso SIPE, em 4 novembro;
 - Audiência a Rui Andrade da “Cabeças com ideias”, para apresentação do projeto PROL|Programa de Literacia Emergente, em 16 novembro;
-

- Audiência ao Senhor Secretário Regional de Educação e Cultura da Região Autónoma dos Açores, em 9 dezembro;
- Audiência ao Senhor Secretário Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira, em 20 dezembro;
- Audiência com uma delegação da Galp, no âmbito da delineação de uma estratégia de Marca no apoio à Educação, em 12 de dezembro.

Seminários e conferências

- VI Fórum Económico e Social Paulo VI - “Educação, Qualificação e Empregabilidade em Portugal; Horizonte 2030”, Auditório do Hospital Fernando Pessoa, Gondomar, em 26 fevereiro;
 - Jornadas de Educação - “ O papel da escola no processo de formação e desenvolvimento das crianças e dos jovens e no combate ao abandono precoce”, Câmara Municipal de Paços de Ferreira. Conferência do Presidente do CNE dedicada ao tema: *Contextos locais de insucesso e desenvolvimento educativo*, em 4 março;
 - I congresso Internacional Pioneiros da Educação e Cultura “A. Faria de Vasconcelos nos meandros da Educação Integral e da escola Nova: do passado ao futuro”, Centro Cultural Raiano de Idanha-a-Nova, em 5 de março;
 - Congresso Municipal de Educação dedicado ao tema “ Educação para um melhor futuro: Escola, Família e a Autarquia”, Câmara Municipal de Pinhel, em 1 de abril;
 - VI Colóquio “(in)disciplina e gestão de conflitos na escola: como prevenir, como gerir”, Centro de Formação de Associação de Escolas do Planalto Beirão, Conferência do Presidente do CNE dedicada ao tema: Organização do tempo letivo e gestão de comportamentos em sala de aula” em 9 de abril;
 - Lançamento do relatório da UNICEF sobre as crianças nos países da UE e da OCDE, Comité Português para a UNICEF, em 14 de abril;
 - Conferência “Os desafios relativos ao sistema do ensino superior português”, Instituto Politécnico de Leiria, em 14 de abril;
 - Conferência na iniciativa “training events”, promovida pelo CIIE - Centre for Research and Intervention in Education (FPCE, Universidade do Porto), em 14 de abril;
 - Ciclo de Seminários “A importância e a adequação da LBSE para o Sistema Educativo Português”, Centro de Formação Francisco de Holanda, em 2 de maio;
-

- Seminário “Escola no Século XXI: a tempo inteiro?” Sindicato Independente de Professores, Funchal/Madeira, em 21 maio;
 - Conferência “Educar a Educação “, JSD, Ovar, em 3 junho;
 - Conferência sobre “Necessidades Educativas Especiais, deficiência e escolaridade obrigatória-quais os desafios?”, Assembleia da República, em 7 junho;
 - Seminário: “1986-2016, 30 anos da LBSE. E agora? Que futuro para a Educação em Portugal”, Centro de Formação de Basto, em 9 junho;
 - Seminário: “A autonomia das escolas e dos docentes no exercício da profissão”, Sindicato Democrático dos professores da Madeira, Funchal, em 17 junho;
 - Encontro com a Ciência e Tecnologia em Portugal, Centro de Congressos de Lisboa, em 4 julho;
 - Fórum Educação, Viseu, em 5 julho;
 - IV Encontro “A Arte de Educar”, Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, Santarém, em 6 julho;
 - Reunião do Conselho Coordenador do Ensino Superior, Teatro Thalia, em 11 julho;
 - Jornadas pedagógicas nacionais, 2016 “Formação ao longo da vida e garantia de qualidade”, ANESPO, na Escola Técnica Profissional da Moita, em 15 julho;
 - Conferência no Centro de Formação Rómulo de Carvalho, Sintra, em 5 setembro;
 - Jornadas Pedagógicas “Conversas com o Futuro”, Colégio do Sagrado Coração de Maria, em 16 setembro;
 - Presença na cerimónia de atribuição do grau de Doutor Honoris Causa a Guilherme de Oliveira Martins, Universidade Aberta, em 21 setembro;
 - Organização e Modernização do Sistema Educativo, JSD, Coimbra, em 24 setembro;
 - Ciclo de Conferências “ A economia e o futuro”, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, em 29 setembro;
 - Plano para o Crescimento Inclusivo do Vale do Ave, Centro Cultural Vila Flor, Guimarães, em 4 outubro;
 - Conferência ESE Setúbal, Instituto Superior Politécnico, em 7 outubro;
 - Fórum 20 anos da Rede de Bibliotecas Escolares, Fundação Calouste Gulbenkian, em 14 outubro;
 - Congresso Internacional “Transformações e (In)consistências das dinâmicas educativas: Mudanças na Educação e na LBSE”, Universidade de Coimbra, em 15 outubro;
-

- Tertúlia no Centro Nacional da Cultura, em 20 outubro;
- II encontro das associações de pais e da comunidade educativa da área metropolitana do Porto: “Perspetivas Futuras do Ensino Em Portugal”, Federação das Associação de Pais do Concelho de Oliveira de Azeméis, em 22 outubro;
- Conferência “Formação para a Vida ativa; do passado, perspectiva-se o futuro”, Agrupamento de Escolas 2 de Beja, em 28 outubro;
- IV Seminário CPCJ, Câmara Municipal de Penafiel, em 8 novembro;
- Comemoração do dia Mundial da Filosofia, Conferência “Educação e Cidadania”, FCH, Lisboa, em 17 novembro;
- Comunicação “3 pilares para uma construção educadora: democracia, escola e cidade” no seminário que assinalou em Évora o Dia Internacional da Cidade Educadora. Câmara Municipal de Évora, em 30 novembro.

A Nível Internacional

- Participação do Presidente e do Secretário-geral na Conferência EUNEC “Governance in education” Amesterdão, 30 e 31 de maio,
-

II.4. Publicações

Através das suas publicações, o Conselho Nacional de Educação tem por objetivo registrar e divulgar as principais atividades desenvolvidas. O conjunto de livros editados constitui já um vasto espólio e integra diferentes séries “Pareceres e Recomendações”, “Seminários e Colóquios”, “Estudos e Relatórios” e “Outras Publicações”.

Nos últimos anos, o CNE tem optado preferencialmente pela disponibilização *online* das suas publicações, o que permite o acesso a um maior número de interessados e a redução do custo de execução. No entanto, mantém a edição em papel para o registo de iniciativas que, no âmbito do seu plano de atividades, mereceram especial destaque. Assim, as publicações editadas em 2016 foram as seguintes:

- *Estado da Educação 2015* (edição eletrónica e papel);
 - Estudo “ *Organização escolar: As Turmas*” (edição eletrónica)
 - *Processos de descentralização em educação* (edição eletrónica)
 - Relatório Técnico: *A condição docente. Contributos para uma reflexão* (edição eletrónica)
 - Relatório Técnico: *Formação inicial de educadores e professores e acesso à profissão* (edição eletrónica)
-

II.5. Sítio do CNE

Com o objetivo delineado de aumentar a visibilidade das atividades do CNE e de chegar a novos públicos, a manutenção e atualização regular do sítio (www.cnedu.pt) e respetiva página oficial de Facebook durante o ano de 2016 continuou a registar um aumento do número de visitantes.

Entre o período inicial e final do ano de 2016 a percentagem de novos visitantes do sítio do CNE foi de 70%, e os seguidores da página oficial do CNE no Facebook aumentaram de cerca de 3776 para 5038.

Como já foi referido, para além da atualização regular no sítio das categorias já existentes (composição do Conselho, emissão de pareceres e recomendações, publicações, reuniões das comissões, entre outros), ao longo de 2016, optou-se também por aumentar a cobertura das iniciativas do CNE, nomeadamente de projetos de carácter mais permanente (Ciclo de Seminários Lei de Bases e Projeto aQeduto) através da transmissão em direto destas iniciativas.

II.6. Preservação do Património — Conservação e Restauro de Bens

Prosseguindo na gestão do edifício e dos espaços circundantes que lhe estão afetos, o CNE promove a manutenção e preservação das condições de instalação, funcionamento e segurança de pessoas e bens, de modo a garantir a salvaguarda da saúde e do bem-estar dos seus colaboradores e visitantes, a proteção e conservação do edifício, das instalações técnicas, dos equipamentos e do mobiliário.

III – Estrutura Organizacional e Funcional

O Conselho Nacional de Educação é composto por sessenta e sete membros, entre os quais um(a) presidente eleito(a) pela Assembleia da República, por maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções; seis cooptados pelo Conselho de entre personalidades de reconhecido mérito pedagógico e científico, eleitos por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções e sessenta representantes de entidades diversas.

III.1. Composição

O Conselho Nacional de Educação registou, em 2016, as seguintes alterações na sua composição:

- **Domingos Manuel Barros Fernandes**, designado pelo Governo em 8 de fevereiro de 2016. Tomou posse em 12 de fevereiro de 2016, substituindo *Diogo José Fernandes Homem de Lucena*.
 - **Joana Maria Leitão Brocardo**, designada pelo Governo em 8 de fevereiro de 2016. Tomou posse em 12 de fevereiro, substituindo *Ramiro Fernando Lopes Marques*.
 - **Luís Manuel Antunes Capucha**, designado pelo Governo em 8 de fevereiro de 2016. Tomou posse em 12 de fevereiro, substituindo *Mariana de Jesus Martins de Torres Vaz Freire Cascais*.
 - **Maria Emília Brederode Santos**, designada pelo Governo em 8 de fevereiro de 2016. Tomou posse em 12 de fevereiro, substituindo *José Augusto Cardoso Bernardes*.
 - **Maria Inês Pedrosa Duarte**, designada pelo Governo em 8 de fevereiro de 2016. Tomou posse em 12 de fevereiro, substituindo *Maria Helena Lopes Damião*.
 - **Teresa Maria de Sousa Santos Leite** designada pelo Governo em 8 de fevereiro de 2016. Tomou posse em 12 de fevereiro, substituindo *Maria Isabel Ribeiro do Rosário Hormigo*.
 - **Cristina Maria Coimbra Vieira**, designada pela Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM) em 27 de janeiro de 2016. Tomou posse em 12 de fevereiro, substituindo *Clara de Ascensão dos Santos de Moura Lourenço*.
 - **Porfírio Simões de Carvalho e Silva**, designado pela Assembleia da República em 18 de abril de 2016. Tomou posse em 12 de maio substituindo *José Carlos Bravo Nico*.
 - **Maria Teresa Monteiro Pires de Carvalho de Noronha e Castro (CDS-PP)**, designada pela Assembleia da República em 26 de julho de 2013 como Suplente. Tomou posse em 12 de maio de 2016, substituindo *Manuel Alexandre Mateus Homem Cristo*.
 - **Manuel Fernando Rosa Grilo**, designado pela Assembleia da República em 18 de abril de 2016. Tomou posse em 12 de maio substituindo *Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo*.
-

- **Jorge Moreira de Sousa**, designado para novo mandato pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira em 21 de março de 2016. Tomou posse em 12 de maio.
- **Joaquim António Belchior Mourato**, designado pelo Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) em 21 de março. Tomou posse em 12 de maio, substituindo *Luís Manuel Vicente Ferreira*.
- **Rodrigo Eiró de Queiroz e Melo**, designado pela Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) em 4 de maio de 2016. Tomou posse em 12 de maio, substituindo *João Carlos Cordero Galhardo Muñoz de Oliveira*.
- **António Pedro Antunes Barreiro**, designado pelo Conselho Nacional da Juventude em 22 de março de 2016. Tomou posse em 12 de maio, substituindo *Bruno Fragueiro*.
- **André Gonçalo Oliveira dos Santos Pereira**, designado pela Associação de Estudante do Ensino Superior Universitário em 13 de setembro de 2016. Tomou posse em 26 de setembro, substituindo *Carlos Alberto Fonte Videira*.
- **Maria de Lurdes Guimarães Figueiral da Silva**, eleita pelas Associações Pedagógicas Disciplinares – Associação de Professores de Matemática (APM) em 13 de julho de 2016. Tomou posse em 26 de setembro, substituindo *José Alberto Braga Rodrigues*.
- **Eulálio Sérgio Caldeira Niza**, eleito pelas Associações Pedagógicas Generalistas – Movimento Escola Moderna (MEM) em 13 de julho de 2016. Tomou posse em 26 de setembro, substituindo *Maria da Assunção da Cunha Folque de Mendonça*.
- **Ana Maria Homem Leal Faria**, designada pela Academia Portuguesa de História em 02 de novembro. Não tomou posse e substitui *Carlos José Margaça Veiga*.

Terminaram os mandatos, sem ter ocorrido novas nomeações, porque as instituições deixaram de estar representadas no Conselho, ou houve redução do número de elementos cooptados, nos termos da Lei Orgânica (Decreto-lei nº 21/2015, de 3 de fevereiro):

Alínea c)– Seis elementos a designar pelo Governo:

- **Fernando Adão da Fonseca**, designado pelo Governo.
-

Em **31 de dezembro de 2016**, o Conselho Nacional de Educação apresenta a seguinte composição, num total de *sessenta e sete* membros em exercício efetivo de funções:

- a) **Um Presidente eleito pela Assembleia da República por maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções:**
 - *José David Gomes Justino*
 - b) **Um/a representante por cada grupo parlamentar, designado/a pela Assembleia da República:**
 - PSD: *Nilza Marília Mouzinho de Sena*
 - PS: *Porfírio Simões de Carvalho e Silva*
 - CDS/PP: *Maria Teresa de Noronha e Castro*
 - PCP: *Francisco José Santana Nunes dos Santos*
 - PEV: *Antero de Oliveira Resende*
 - BE: *Manuel Fernando Rosa Grilo*
 - c) **Seis elementos designados pelo Governo:**
 - *Domingos Manuel Barros Fernandes*
 - *Joana Maria Leitão Brocardo*
 - *Luís Manuel Antunes Capucha*
 - *Maria Emília Brederode Santos*
 - *Maria Inês Pedrosa da Silva Duarte*
 - *Teresa Maria de Sousa dos Santos*
 - d) **Um elemento designado por cada uma das Assembleias Regionais das Regiões Autónomas:**
 - *Jorge Moreira de Sousa* (Região Autónoma da Madeira)
 - *Victor Rui R. Bettencourt Dorés* (Região Autónoma dos Açores)
 - e) **Dois elementos designados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses:**
 - *Vanessa Alexandra Vilela da Silva* (Vereadora da Câmara Municipal do Seixal)
 - *João Carlos Vidaurre Pais de Moura* (Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede)
 - f) **Um elemento designado pelo Conselho das Comunidades Portuguesas:**
 - Não designado
 - g) **Dois elementos designados pelos estabelecimentos públicos de ensino superior universitário:**
 - *Sebastião Feye de Azevedo*
 - *António Manuel da Cruz Serra*
 - h) **Dois elementos designados pelos estabelecimentos públicos de ensino superior politécnico:**
 - *Joaquim António Belchior Mourato*
 - *Pedro Miguel de Jesus Calado Dominginhos*
 - i) **Dois elementos designados pelos estabelecimentos públicos de ensino não superior:**
 - *Fernando Filipe de Almeida*
 - *Carlos Jorge Pires Percheiro*
-

j) Dois elementos designados pelas organizações sindicais:

- *Carlos Alberto Alvarez de Faria e Chagas* - UGT (União Geral de Trabalhadores)
- *Mário de Oliveira Nogueira* - CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional)

k) Dois elementos designados pelas organizações patronais:

- *Daniel Soares de Oliveira* - CIP (Confederação da Indústria Portuguesa)
- *Pedro Augusto Benros d’Almeida Freire*- CCP (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal)

l) Dois elementos designados pelas associações de pais:

- *Paulo Alexandre Simões Lopes* - FNAPEC (Federação Nacional das Associações de Pais dos Alunos do Ensino Católico);
- *José Manuel de Castro Ferreira de Ascensão* - CONFAP (Confederação Nacional das Associações de Pais)

m) Dois elementos designados pelas associações sindicais de professores:

- *Paulo Oliveira Sucena* - FENPROF (Federação Nacional dos Professores)
- *Joaquim João Martins Dias da Silva* FNE (Federação Nacional dos Sindicatos da Educação)

n) Três elementos designados pelas associações de estudantes, sendo um em representação dos estudantes do ensino secundário e dois em representação dos estudantes do ensino superior e, de entre estes, um do ensino superior politécnico e outro do ensino superior universitário:

- *Aguarda designação* (Ensino Secundário)
- *André Gonçalo Oliveira dos Santos Pereira* (Ensino Superior Universitário)
- *Paulo Jorge Tomás Santos* (Ensino Superior Politécnico)

o) Um elemento designado pelo Instituto de Avaliação Educativa, I.P. (IAVE)

- *Helder Manuel Diniz de Sousa*

p) Três elementos de sociedades e associações científicas intervenientes na área da educação que integram o conselho científico do IAVE, I.P., indicados por este órgão

- *José León Acosta Carrillo*
- *Maria Manuela Guerreiro Alves da Encarnação*
- *João Paulo Arriegas Estevão Correia Leal*

q) Dois elementos designados pelas associações pedagógicas:

- *Maria de Lurdes Guimarães Figueiral da Silva* (APM)
- *Eulálio Sérgio Caldeira Niza* (MEM)

r) Dois representantes das fundações e associações culturais:

- *Patrícia Viegas Nascimento* - Centro Português de Fundações
 - *Maria Marques Calado de Albuquerque Gomes* - Centro Nacional de Cultura
-

s) Dois elementos designados pelas associações de ensino particular e cooperativo, sendo um deles em representação do ensino superior e outro do ensino não superior:

- *João José Pires Duarte Redondo* (Ensino Superior)
- *Rodrigo Eiró de Queiroz e Melo* (Ensino Não Superior)

t) Dois/Duas representantes do Conselho Nacional de Juventude:

- *Hugo Carvalho*
- *António Pedro Antunes Barreiro*

u) Um elemento designado pelas organizações profissionais:

- *António Manuel Barbosa Ferreira*

v) Seis elementos cooptados pelo Conselho, de entre personalidades de reconhecido mérito pedagógico e científico, eleitos por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções:

- *Álvaro Almeida dos Santos*
- *Maria da Conceição Moniz Amaral de Castro Ramos*
- *Pedro Nuno Teixeira*
- *Manuel Joaquim Pinho Moreira de Azevedo*
- *Anabela Alves Coelho Grácio*
- *António Pedro Pereira Nina Barbas Homem*

w) Um representante da Academia de Ciências de Lisboa:

- *Joaquim Cerqueira Gonçalves*

x) Um representante da Academia Portuguesa de História:

- *Ana Maria Homem Leal faria*

y) Um representante da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação:

- *Almerindo Janela Gonçalves Afonso*

z) Um representante do Conselho Nacional das Ordens Profissionais:

- *Carlos Maurício Gonçalves Barbosa*

aa) Um representante das instituições particulares de solidariedade social:

- *Maria da Conceição Marques*

bb) Um representante da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, I.P.:

- *Gonçalo Xufre Gonçalves da Silva*

cc) Um representante das associações das escolas profissionais:

- *José Luís Diogo de Azevedo Presa*
-

dd) Um representante das unidades de investigação classificadas como excecionais ou excelentes pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P:

– *Isabel Sá Correia*

ee) Um representante das sociedades e associações profissionais do ensino especial:

– *David Rodrigues*

ff) Um representante das instituições de ensino especial de pessoas com deficiência:

– *Rogério Cação*

gg) Um representante do Alto Comissariado para as Migrações:

– *Pedro Miguel Laranjeira da Cruz Calado*

hh) Um representante do Conselho Nacional do Desporto:

– *António José Martins da Silva*

ii) Um representante das organizações não governamentais de mulheres, a designar de entre os membros do Conselho Consultivo da Comissão para Cidadania e a Igualdade do Género.

– *Cristina Maria Coimbra Vieira*

Representante do Conselho dos Laboratórios Associados (CLA)

– *Arsélio Pato de Carvalho* -

(De acordo com a Lei Orgânica (Decreto-lei nº 21/2015 de 3 de fevereiro) sairá logo que termine mandato)

III.2. Funcionamento

A atividade interna do Conselho, durante o período de tempo a que se refere o presente Relatório, compreendeu reuniões do Plenário, da Comissão Coordenadora, das Comissões Especializadas Permanentes e da Comissão Eventual criada para o estudo e debate da Lei de Bases do Sistema Educativo

III.2.1 Plenários

No Plenário têm assento todos os membros do Conselho e é onde se tomam as deliberações relativas ao cumprimento das suas atribuições, nas quais se incluem os Pareceres e Recomendações, cujos projetos são apresentados por Conselheiros relatores designados para o efeito.

QUADRO III.2.1.1

Data	Ordem de Trabalhos
26 de setembro	Tomada de posse dos novos Conselheiros Sessão Solene “Abertura do Ano Letivo 2016/2017” 10h00 – Discurso de Abertura do Presidente do Conselho Nacional de Educação – Professor Doutor David Justino 10h30 – Evocação e Homenagem póstuma ao Professor Doutor António Barbosa de Melo (1932 – 2016), Presidente do CNE em 1991, pelo Professor Manuel Porto (Presidente do CNE entre 2002-2005). 10h50 – Discurso de Sua Excelência o Presidente da República – Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa 11h00-11h30 – Intervalo 11h30-13horas – Sessão Plenária do Conselho Nacional de Educação: <ul style="list-style-type: none"> • Atividades previstas para o ano letivo de 2016/2017; • Apresentação do Estado da Educação 2015; • Contributos e debate.
8 de junho	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informações; 2. Aprovação do Relato da 125ª Sessão Plenária; 3. Apreciação do projeto de Recomendação sobre “ A Condição Docente”; 4. Apreciação do projeto de Parecer sobre Organização Escolar e Sucesso Educativo; 5. Às 16 horas, intervenção de Sua Excelência o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre os pilares estratégicos do Programa Nacional de Reformas, no âmbito da ciência, tecnologia e ensino superior.

<p><i>12 de maio</i></p>	<p>Tomada de posse de novos conselheiros</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Informações; 2. Aprovação do Relato da 124ª Sessão Plenária; 3. Eleição do Coordenador da 2.ª Comissão Especializada Permanente; 4. Apreciação do projeto de recomendação sobre “ A Condição Docente”; 5. Às 16h30, intervenção de Sua Excelência o Ministro da Educação sobre o pilar estratégico Qualificar os Portugueses, no âmbito do Programa Nacional de Reformas até 2020; 6. Organização e sucesso escolar.
<p><i>12 de fevereiro</i></p>	<p>Tomada de posse de novos conselheiros</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Informações; 2. Aprovação do Relato da 123ª Sessão Plenária; 3. – Apreciação do Projeto de Parecer sobre “ formação inicial de educadores e professores e acesso à profissão” Relatora: Conselheira Maria da Conceição Castro Ramos; 4. Apreciação do Projeto de Parecer sobre o Projeto de Decreto-Lei que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho (modelo integrado da avaliação externa das aprendizagens no ensino básico), que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário.
<p><i>7 de janeiro</i></p>	<p>Tomada de posse dos novos conselheiros.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Informações; 2. Aprovação do Relato da 122ª Sessão Plenária; 3. Apreciação do Projeto de Parecer sobre “Provas Nacionais do 1.º Ciclo do Ensino Básico- Relatores: Presidente David Justino; Conselheiros José Augusto Cardoso Bernardes e José Carlos Bravo Nico; 4. Apreciação do Relatório de Atividades relativo a 2015; 5. Apreciação do Plano de Atividades para 2016.

III.2.2. Comissão Coordenadora

A Comissão Coordenadora, composta pelo(a) Presidente, pelos (as) Coordenadores (as) das Comissões Especializadas Permanentes e pelo Secretário-Geral, assume um papel relevante no funcionamento do Conselho. Cabe-lhe coadjuvar o(a) Presidente no exercício das suas funções, designadamente na elaboração dos planos de atividades do Conselho, no acompanhamento da sua execução e na preparação dos correspondentes relatórios de atividades. Compete-lhe, ainda, coordenar os trabalhos das comissões especializadas, estabelecer prioridades e praticar os atos internos indispensáveis à dinamização das atividades.

Os quadros seguintes apresentam a composição e o funcionamento da Comissão Coordenadora, em 2016:

QUADRO III.2.2.1 — Composição

Presidente do Conselho Nacional de Educação	<i>José David Gomes Justino</i>
Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação	<i>Manuel I. Miguéns</i>
Coordenador da 1ª Comissão Especializada Permanente	<i>Joaquim Azevedo</i>
Coordenadora da 2ª Comissão Especializada Permanente	<i>Álvaro Almeida dos Santos (a partir de 12 de maio de 2016)</i>
Coordenadora da 3ª Comissão Especializada Permanente	<i>António Pedro Barbas Homem</i>
Coordenadora da 4ª Comissão Especializada Permanente	<i>Pedro Dominginhos</i>
Coordenadora da 5ª Comissão Especializada Permanente	<i>Maria da Conceição Castro Ramos</i>

QUADRO III.2.2.2 — Funcionamento

Data	Ordem de Trabalhos
<i>14 de dezembro</i>	1. Informações; 2. Preparação da próxima sessão plenária do Conselho; 3. Atividades a desenvolver pelas Comissões Especializadas Permanentes; 4. Relatório “ Avaliação Externa das Escolas”; 5. Relatório “Acesso ao Ensino Superior”
<i>25 de outubro</i>	1. Informações; 2. Planeamento das atividades do 1.º semestre de 2017.
<i>10 de maio</i>	1. Informações; 2. Atividades das Comissões; 3. Preparação da 125.ª Sessão Plenária de dia 12 de maio; 4. (18 horas) - Reunião de trabalho com o Presidente do PSD.

<p><i>10 de março</i></p>	<ol style="list-style-type: none">1. Informações;2. Atividades das Comissões;3. Plano de iniciativas do CNE;4. Relatório sobre Organização Escolar: as turmas.
---------------------------	---

III.2.3. Comissões Especializadas Permanentes

A Lei Orgânica e o Regimento do CNE permitem a constituição de comissões especializadas, a título permanente ou eventual. Os membros do Conselho podem integrar no máximo, e com direito a voto, duas comissões permanentes, sem prejuízo da sua participação, sem direito a voto, nos trabalhos das restantes comissões. Às comissões podem ser agregadas, por determinação do Conselho, individualidades de reconhecida competência nos assuntos a tratar.

Em 2016, funcionaram no CNE cinco comissões especializadas permanentes (CEP). Apresenta-se, de seguida, a composição, o funcionamento e uma síntese das atividades desenvolvidas por cada comissão.

1.ª Comissão Especializada Permanente

Políticas Públicas e Desenvolvimento do Sistema Educativo

QUADRO III.2.3.1 — Composição da 1.ª Comissão

Conselheiros
Joaquim Azevedo (Coordenador)
Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo (até 18 de abril)
Almerindo Janela Gonçalves Afonso
Álvaro Almeida dos Santos
Anabela Alves Coelho Grácio
André Gonçalo Oliveira
Antero de Oliveira Resende
António José Rocha Martins da Silva
António Manuel Barbosa Ferreira
António Pedro Barreiro
Arsélio Pato de Carvalho
Bruno Fragueiro (até 22 de março)
Carlos Alberto da Fonte Videira (até 13 de setembro)
Carlos Jorge Pires Percheiro
Carlos José Margaça Veiga (até 2 de novembro)
Clara de Ascensão dos Santos de Moura Lourenço (até 27 de janeiro)
Daniel Soares de Oliveira
Fernando Adão da Fonseca (até 18 de abril)
Francisco José Santana Nunes dos Santos
Gonçalo Xufre
Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho

<p>João Carlos Cordero Galhardo Muñoz de Oliveira (até 4 de maio)</p> <p>João Carlos Pais de Moura</p> <p>Joaquim João Martins Dias da Silva</p> <p>Jorge Manuel de Castro Ferreira de Ascensão</p> <p>Jorge Moreira de Sousa</p> <p>José Luís Diogo de Azevedo Presa</p> <p>Luís Manuel Vicente Ferreira (até 21 de março)</p> <p>Luis Manuel Antunes Capucha</p> <p>Manuel Alexandre Mateus Homem Cristo (até 21 de janeiro)</p> <p>Manuel Fernando Rosa Grilo</p> <p>Maria da Assunção da Cunha Folque de Mendonça (até 13 de julho)</p> <p>Maria da Conceição Castro Ramos</p> <p>Maria Emília Brederode</p> <p>Maria Marques Calado de Albuquerque Gomes</p> <p>Maria Teresa Carvalho de Noronha e Castro</p> <p>Mariana Cascais (até 8 fevereiro)</p> <p>Nilza Marília Mouzinho de Sena</p> <p>Patrícia Viegas do Nascimento</p> <p>Paulo Alexandre Simões Lopes</p> <p>Paulo Oliveira Sucena</p> <p>Pedro Calado</p> <p>Pedro Nuno Teixeira</p> <p>Ramiro Fernando Lopes Marques (até 8 de fevereiro)</p> <p>Rodrigo Queirós e Melo</p> <p>Rogério Manuel Dias Cação</p> <p>Vanessa Alexandra Vilela da Silva</p> <p>Vítor Rui Bettencourt Dores</p>

QUADRO III.2.3.2 — Funcionamento da 1.^a Comissão

Data	Ordem de Trabalhos
<i>25 de outubro</i>	Reunião conjunta da 1.^a e 2.^a Comissões Ponto único - Audição de Sua Excelência o Secretário de Estado da Educação, Prof. Doutor João Costa, no âmbito do diálogo que o Ministério da Educação está a promover sobre as novas orientações curriculares.
<i>27 de maio</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informações; 2. Resumo da reunião anterior; 3. Debate acerca dos termos gerais da proposta de Parecer relativo ao conjunto de iniciativas parlamentares sobre o número de alunos por

	turma e promoção do sucesso escolar.
<i>29 de abril</i>	<ol style="list-style-type: none">1. Informações;2. Balanço da sessão sobre o POCH;3. Programação de novas ações da Comissão.
<i>18 de março</i>	Reunião conjunta das 1.ª e 4.ª Comissões <ol style="list-style-type: none">1. Audição do Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Capital Humano – POCH;2. Ponto da situação e agendamento das próximas atividades da Comissão.
<i>7 de janeiro</i>	<ol style="list-style-type: none">1. Balanço das atividades da Comissão;2. Reflexão sobre as atividades do ano 2016;3. Outros assuntos.

Síntese das Atividades da 1.ª Comissão

Cabe no âmbito da 1ª Comissão o seguinte: Análise e avaliação das políticas públicas de educação; Políticas nacionais no contexto da UE e das dinâmicas internacionais; Administração central, regional e local da educação; Educação, comunidades locais e parcerias culturais; Educação e municípios; Ensino particular e cooperativo; Governo das escolas; Direção e gestão das instituições de educação e formação; Avaliação externa das escolas e Rede escolar.

Em 2016, a 1ª Comissão Especializada Permanente realizou cinco reuniões.

Tendo em consideração as metas europeias e portuguesas para 2020, foi feita uma análise dos recursos do QCA afetos à educação e à formação, a partir de um levantamento elaborado pela assessoria do CNE e da Audição (em conjunto com a 4ª CEP) do Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Capital Humano (POCH), Doutor Pedro Miguel Taborda.

Foi realizado um debate acerca dos termos gerais da proposta de Parecer relativo ao conjunto de iniciativas parlamentares sobre o número de alunos por turma e promoção do sucesso escolar. Este Parecer intitulado “Organização da escola e promoção do sucesso escolar” foi elaborado a pedido da Assembleia da República e teve como relator o Conselheiro Joaquim Azevedo.

Em conjunto com a 2ª CEP, foi ouvido o Senhor Secretário de Estado da Educação, Prof. Doutor João Costa, numa apresentação do trabalho que o Ministério está a promover de informação e recolha de opiniões sobre os pressupostos da flexibilização curricular em curso.

2.^a Comissão Especializada Permanente

Conhecimento Escolar, Organização Curricular e Avaliação das Aprendizagens

QUADRO III.2.3.3 — Composição da 2.^a Comissão

Conselheiros
José Carlos Bravo Nico (Coordenador) (até 18 de abril)
Álvaro Almeida dos Santos (Coordenador)
Anabela Alves Coelho Grácio
Carlos Jorge Pires Percheiro
Clara de Ascensão dos Santos de Moura Lourenço (até 27 de janeiro)
David Rodrigues
Domingos Manuel Barros Fernandes
Fernando Filipe de Almeida
Helder Diniz de Sousa
João Carlos Cordero Galhardo Muñoz de Oliveira (até 4 de maio)
Joana Maria Leitão Brocardo
João Paulo Correia Leal
Jorge Manuel de Castro Ferreira Ascensão
Jorge Moreira de Sousa
José Alberto Braga Rodrigues (até 13 de julho)
José León Acosta Carrillo
Lurdes Figueiral
Maria da Conceição Mendes Marques
Maria Helena Lopes Damião Silva (até 8 de fevereiro)
Maria Inês da Silva Duarte
Maria Isabel Ribeiro Rosário Hormigo (até 8 de fevereiro)
Maria Manuela Alves da Encarnação
Maria Teresa Carvalho de Noronha e Casto
Paulo Alexandre Simões Lopes
Paulo Jorge Tomás Santos
Rodrigo Queiroz e Melo
Rogério Manuel Dias Cação
Sérgio Niza
Teresa Maria Santos Leite

QUADRO III.2.3.4 — Funcionamento da 2.^a Comissão

Data	Ordem de Trabalhos
<i>25 de outubro</i>	Reunião conjunta da 1.^a e 2.^a Comissões Ponto único - Audição de Sua Excelência o Secretário de Estado da Educação, Prof. Doutor João Costa, no âmbito do diálogo que o Ministério da Educação está a promover sobre as novas orientações curriculares.

<i>01 de julho</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apreciação de relato da reunião anterior, em anexo; 2. Informações; 3. Ponto de situação das diferentes linhas de trabalho em curso na Comissão; 4. Outros assuntos.
<i>22 de abril</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Deliberação acerca do Relato da anterior reunião; 2. Informações; 3. Ponto de situação das diferentes linhas de trabalho em curso na comissão; 4. Outros assuntos.
<i>26 de janeiro</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Deliberação acerca do Relato da anterior reunião; 2. Informações; 3. Audição de Graça Carvalha, João Paulo Proença e Teresa Pombo, no âmbito da linha de trabalho Novas Abordagens Curriculares; 4. Ponto de situação das diferentes linhas de trabalho em curso na comissão; Outros assuntos.

Síntese das Atividades da 2.^a Comissão

A 2.^a Comissão Especializada Permanente compreende: i) Educação pré-escolar, básico e secundário: articulação curricular, percursos escolares e diferenciação das aprendizagens; ii) Formas de conhecimento, currículo e desenvolvimento curricular; iii) Manuais escolares e outros recursos; iv) Avaliação educacional (avaliação interna, externa, testes e estudos internacionais) e v) Ensino Especial.

Em 2016, a 2.^a CEP concluiu o trabalho iniciado em 2014 no âmbito das temáticas: *Aprendizagem, tecnologia e redes digitais, Casos de sucesso no combate ao insucesso e abandono escolares, Novas Abordagens Curriculares: os casos da Finlândia e da Catalunha e O que não se aprende hoje?*. No âmbito do tema aprendizagem, tecnologia e redes digitais foi realizado um seminário, em 6 de abril, em que se debateram os seguintes temas: *Histórias, Mitos e Aspirações das TIC na Educação em Portugal; TIC e aprendizagem; Novos desafios na Educação; Projetos e ideias inovadoras; Aprender na Sociedade Digital: para uma escola em rede*. Foi concluído o documento que integrará uma edição, em formato eletrónico, com os textos das apresentações feitas na referida iniciativa. Quanto à temática *novas abordagens curriculares*, foi efetuada uma audição sobre o caso finlandês.

A 2.^a CEP participou, em conjunto com a 1.^a Comissão, na audição ao Senhor Secretário de Estado da Educação, Prof. Doutor João Costa.

3.ª Comissão Especializada Permanente*Ensino Superior, Investigação e Cultura Científica***QUADRO III.2.3.5 — Composição da 3.ª Comissão**

Conselheiros
António Pedro Pereira Nina Barbas Homem (Coordenador)
André Gonçalo Oliveira
António José Rocha Martins da Silva
António Manuel da Cruz Serra
Bruno Fragueiro (até 22 de março)
Carlos Alberto da Fonte Videira (até 13 de setembro)
Carlos Maurício Gonçalves Barbosa
Domingos Manuel Barros Fernandes
Diogo José Fernandes Homem de Lucena (até 8 de fevereiro)
Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho
Maria Inês Pedrosa
Isabel Sá Correia
João Carlos Pais de Moura
João Duarte Redondo
João Paulo Correia Leal
Joaquim António Belchior Mourato
Joaquim Cerqueira Gonçalves
José Augusto Cardoso Bernardes (até 8 de fevereiro)
Luís Manuel Vicente Ferreira (até 21 de março)
Manuel Alexandre Mateus Homem Cristo (até 22 de janeiro)
Mariana Cascais (até 8 de fevereiro)
Nilza Marília Mouzinho de Sena
Paulo Jorge Tomás Santos
Pedro Augusto Benrós d'Almeida Freire
Pedro Dominginhos
Pedro Nuno Teixeira
Porfírio Silva
Sebastião Feyo Azevedo

QUADRO III.2.3.6 — Funcionamento da 3.^a Comissão

Data	Ordem de Trabalhos
<i>19 de setembro</i>	<ol style="list-style-type: none">1. Informações;2. Preparação do documento sobre a condição docente no ensino superior;3. Outros assuntos.
<i>12 de julho</i>	<ol style="list-style-type: none">1. Informações;2. Audição Grupo de trabalho para avaliação do acesso ao ensino superior, Despacho 6930/2016 de 25 de maio (Coordenador Professor João Guerreiro);3. Preparação do documento sobre a condição docente no ensino superior;4. Outros assuntos.
<i>5 de fevereiro</i>	<ol style="list-style-type: none">1. Apreciação da participação da Comissão na redação do documento sobre <i>A condição docente e a importância dos professores nas políticas educativas</i> na parte relativa aos professores do ensino superior;2. Início do processo de avaliação do regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES);3. Agendamento de audições e seminário sobre Percursos/ Trajetos dos Estudantes.

Síntese das Atividades da 3.^a Comissão

As temáticas do âmbito da 3^a Comissão Especializada Permanente são: Acesso e ingresso no Ensino Superior; Avaliação das instituições, acreditação dos cursos; Governo e gestão das instituições; Internacionalização do ensino superior; Financiamento do Ensino Superior; Sistema binário e rede de instituições de ensino superior e Ciência e Sociedade (investigação e desenvolvimento, promoção da cultura científica).

Durante o ano de 2016, a 3^a CEP debateu o tema da condição docente no ensino superior. Refletiu sobre a organização do sistema, percursos e trajetos dos estudantes e abandono escolar no ensino superior e fez o acompanhamento do processo de reorganização da rede.

4.^a Comissão Especializada Permanente
Ensino e Formação Vocacional

QUADRO III.2.3.7 — Composição da 4.^a Comissão

Conselheiros
Pedro Dominginhos (Coordenador) António Manuel Barbosa Ferreira Carlos Alberto Alvarez de Faria e Chagas Carlos Maurício Gonçalves Barbosa Cristina Maria Coimbra Vieira Daniel Soares de Oliveira Gonçalo Xufre José Luís Diogo de Azevedo Preza Luís Manuel Antunes Capucha Maria Isabel Ribeiro do Rosário Hormigo (até 8 de fevereiro) Maria Emília Brederode Santos Mário de Oliveira Nogueira Pedro Augusto Benrós d' Almeida Freire Porfírio Silva Ramiro Fernando Lopes Marques (até 8 de fevereiro)

QUADRO III.2.3.8 — Funcionamento da 4.^a Comissão

Data	Ordem de Trabalhos
<i>18 de março</i>	1. Audição do Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Capital Humano - POCH, Doutor Pedro Miguel Valentim Taborda;
<i>24 de fevereiro</i>	1. Informações; 2. Dinamização da Comissão e Operacionalização do Plano de Atividades para 2016.

Síntese das Atividades da 4.^a Comissão

A 4.^a Comissão Especializada Permanente abrange os seguintes temas: Ensino vocacional e qualificação Profissional; Orientação educativa e profissional; Percursos escolares e formação qualificante; Preparação para a vida ativa; Articulação da formação com as profissões e as empresas e Educação de adultos e reconhecimento de adquiridos.

Em 2016, a 4.^a CEP realizou, em conjunto com a 1.^a Comissão, uma audição com o Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Capital Humano - POCH, Doutor Pedro Miguel Valentim Taborda.

5.^a Comissão Especializada Permanente

Condição Docente

QUADRO III.2.3.9 — Composição da 5.^a Comissão

Conselheiros
Maria da Conceição Castro Ramos (Coordenadora) Anabela Alves Coelho Grácio Carlos Alberto Alvarez de Faria e Chagas Fernando Filipe de Almeida Francisco José Santana Nunes dos Santos Joaquim João Martins Dias da Silva Joana Maria leitão Brocardo José Augusto Cardoso Bernardes (até 8 de fevereiro) José León Acosta Carrillo Luis Manuel Vicente Ferreira (até 21 de março) Lurdes Figueiral Maria da Assunção da Cunha Folque de Mendonça (até 13 de julho) Maria Helena Lopes Damião Silva (até 8 de fevereiro) Maria Manuela Alves Encarnação Mário Oliveira Nogueira Paulo Oliveira Sucena Sérgio Niza Teresa Maria Santos Leite

QUADRO III.2.3.10 — Funcionamento da 5.^a Comissão

Data	Ordem de Trabalhos
<i>22 de novembro</i>	1. Informações; 2. Aprovação do relato da reunião anterior; 3. Reflexão e debate sobre o tema da identidade profissional.
<i>31 de outubro</i>	1. Informações; 2. Aprovação do relato da reunião anterior; 3. Análise e debate das linhas temáticas a desenvolver.
<i>17 de junho</i>	1. Informações; 2. Aprovação do relato da reunião anterior; 3. Definição das linhas de trabalho da Comissão para o segundo semestre de 2016.

<i>5 de abril</i>	<ol style="list-style-type: none">1. Informações2. Aprovação do relato da reunião anterior3. Discussão final do documento <i>A condição docente e as políticas educativas</i>4. Planeamento das atividades da Comissão para 2016.
<i>10 de fevereiro</i>	<ol style="list-style-type: none">1. Informações;2. Aprovação da proposta de relato da reunião anterior;3. Apreciação do Anteprojeto de Parecer e do Relatório Técnico sobre <i>Formação inicial de educadores e professores e acesso à profissão</i>4. Outros assuntos.

Síntese das Atividades da 5.^a Comissão

A 5.^a Comissão Especializada Permanente tem por objeto refletir sobre i) Formação de professores; ii) Habilitação e profissionalização docente; iii) Avaliação de desempenho; iv) Carreira docente v) Coordenação e lideranças pedagógicas e vi) Profissionalidade docente: perfis, identidades, ética e deontologia.

O debate e reflexão desenvolvidos na 5.^a Comissão, em 2016, resultaram na elaboração de uma Recomendação sobre *A condição docente e as políticas educativas*, suportada no relatório técnico *A condição docente: contributos para uma reflexão*. De igual modo, foi produzido um parecer sobre *Formação inicial de educadores e professores e acesso à profissão*, por solicitação da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência e um relatório técnico com a mesma denominação. Foi iniciada a preparação de um documento sobre identidade profissional e autonomia dos docentes, no contexto das novas orientações curriculares.

III.2.4. Comissão Eventual

A Comissão Eventual foi constituída através do Despacho n.º 1/PR/2014, do Presidente do Conselho Nacional de Educação, nos termos do n.º 1 do artigo 16.º da anterior Lei Orgânica do CNE (LOCNE), atual alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º da LOCNE e artigo 19.º do Regimento do CNE, competindo-lhe proceder ao estudo e avaliação da Lei de Bases do Sistema Educativo.

O objeto dos trabalhos da Comissão é a reflexão em torno da Lei de Bases do Sistema Educativo e a avaliação do modo como a Lei reflete as alterações verificadas no sistema desde a sua publicação em 1986.

Em 2016, foram realizados oito seminários dedicados aos seguintes temas: Educar para que futuro?; Curriculum e conhecimento: o que ensinar e como ensinar?; Organização do Sistema Educativo: Ciclos de Ensino e Modalidades de Educação; Escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetos, equidade e sucesso no sistema educativo; Liberdade de ensino e serviço público de educação; Organização e desenvolvimento do ensino superior; Formação de professores: dilemas e desafios e Centralidade, descentralização e autonomia em educação. Iniciou-se a compilação dos textos das intervenções que se prevê sejam publicados no primeiro trimestre de 2017.

Foi feito o repositório de leis estruturantes da educação, desde o séc. XIX até à atualidade, que será divulgado no início de 2017.

QUADRO III.2.4.1 — Composição da Comissão Eventual Estudo e Avaliação da Lei de Bases do Sistema Educativo

David Justino (Presidente)
Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo (até 18 de abril)
António Pedro Barbas Homem
Joaquim Azevedo
José Carlos Bravo Nico (até 18 de abril)
Manuel Alexandre Homem Cristo (até 18 de abril)
Paulo Oliveira Sucena
Pedro Nuno Teixeira

QUADRO III.2.4.1 — Funcionamento da Comissão Eventual

Data	Ordem de Trabalhos
<i>25 de outubro</i>	<ol style="list-style-type: none">1. Informações;2. Balanço das atividades desenvolvidas;3. Discussão e ratificação da metodologia do debate;4. Organização do seminário final e encerramento dos trabalhos da Comissão.

III.2.5. Assessoria técnico-científica e serviços administrativos

O Conselho dispõe de uma assessoria técnico-científica e serviços administrativos que funcionam na dependência do Secretário-Geral e a quem compete o apoio às atividades do Conselho, designadamente as de natureza técnica — informação, documentação, secretariado, contabilidade, expediente e arquivo.

Na área técnico-científica, pode referir-se a participação na conceção e no apoio ao desenvolvimento das diferentes atividades, quer a nível interno (reuniões do Plenário, das Comissões Especializadas Permanentes e da Comissão Eventual, preparação de Pareceres e Recomendações), quer as abertas ao exterior (organização de seminários, audições, edição e publicação de textos). Destacam-se, também, a pesquisa e tratamento de dados estatísticos e a análise de literatura especializada com vista à elaboração de diversos documentos, de que são exemplo o relatório sobre o *Estado da Educação* e os relatórios técnicos de suporte aos pareceres e recomendações.

Outras tarefas, de natureza administrativa, decorreram ao longo do ano, designadamente composição e montagem de textos para publicação, gestão do sistema de informação contabilística, processamento de documentos, organização e arquivo de informação, atendimento e encaminhamento do público.

QUADRO III.2.5.1

Assessoria Técnico-Científica	Ana Maria Canelas Ana Margarida Rodrigues Ercília Faria Filomena Ramos Maria do Carmo Gregório Maria Isabel Rodrigues Marina Peliz Paula Félix Rute Perdigão Sílvia Ferreira
Comunicação/Imprensa	Teresa Casas-Novas
Secretariado	Cristina Brandão Isabel Cunha
Contabilidade	Rosa Barreto Martins Paula Barros
Receção	Ana Maria Estríbio

IV – Orçamento e Execução Financeira

A execução orçamental do CNE envolveu os recursos financeiros para o seu funcionamento corrente, não se encontrando incluídos os encargos com os vencimentos do pessoal afeto ao CNE, que são pagos pelas dotações comuns da Secretária-geral.

As dotações globais ascenderam a **456 907€** de *Receitas Gerais* e **23 457€** de *Receitas Próprias*.

No Orçamento de Funcionamento a taxa de execução proveniente de *Receitas gerais* foi de **99.99%** e receitas próprias de **100.00%**.

(euros)

<i>ORÇAMENTO 2016</i>		DESPEASAS	
Do Orçamento de Estado (OE) Rubricas orçamentais	RECEITAS gerais	valor	grau de execução orçamental da despesa
Pessoal	314 278	314 270	100.00%
Consumos Correntes	120 848	120 833	99.99%
Maquinaria/Equipamento	21 781	21 781	100.00%
Total	456 907	456 884	99.99%
Outras fontes de financiamento	RECEITAS próprias	DESPEASAS	
Financiamento Externo (Projetos, Estudos, Eventos)	23 457	23 457	100.00%

V – Balanço do Trabalho Realizado

A Lei Orgânica do Conselho Nacional de Educação (CNE) que determina quer a sua natureza de órgão consultivo, quer a sua missão de proporcionar a participação das várias forças científicas, sociais, culturais e económicas, na procura de consensos alargados relativamente à política educativa, estabelece como competências principais: i) Apoiar a formulação e acompanhamento da política educativa da responsabilidade do Governo, através da cooperação entre a Administração Pública, individualidades de reconhecido mérito e representantes dos interesses académicos, sociais e económicos; ii) Apreciar e emitir pareceres e recomendações sobre questões relativas à concretização das políticas nacionais dirigidas ao sistema educativo e científico e tecnológico, objetivos e medidas educativas, nomeadamente as relativas à definição, coordenação, promoção, execução e avaliação dessas políticas e iii) Promover a reflexão e o debate com vista à formulação de propostas, no âmbito da sua missão e dos objetivos do sistema educativo.

O plano de atividades de 2016, cuja concretização se avalia no presente relatório, tem subjacente o plano plurianual 2014/2017 que traçou as linhas estruturantes do seu trabalho no quadriénio, bem como as temáticas consideradas prioritárias a desenvolver durante o ano.

Dos temas e atividades descritos ao longo do relatório, gostaria de destacar aqueles que pela sua dimensão, ou pelo impacto e oportunidade da sua realização, melhor traduziram a missão, a natureza e as competências principais do Conselho.

Os trinta anos da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), completados em 2016, constituíram o mote para a criação de uma Comissão Eventual que tem como objeto a reflexão em torno daquilo que é atualmente a LBSE e a avaliação sobre o modo como a Lei reflete as alterações verificadas no sistema, ao longo deste período de vigência.

Nesse sentido, o CNE promoveu a realização de um ciclo de seminários de reflexão sobre a maior ou menor adequação de uma lei de bases a uma orientação para o futuro, sem que tal represente uma rutura total com a dimensão institucional da educação. Isto, no entendimento de que as bases normativas da educação constituem um elemento indispensável, enformador e conformador da estratégia integrada de desenvolvimento cultural, social e económico dos países, funcionando como um referencial a partir do qual se orientam as políticas educativas.

De igual modo, foi organizado um repositório de leis estruturantes da educação desde o século XIX à atualidade, que será divulgado no primeiro trimestre de 2017, e será editado um livro com os

textos das comunicações dos diferentes seminários, bem como um relatório dos contributos recolhidos.

Importa salientar que, sempre que possível, os seminários decorreram em diferentes pontos do país e foram organizados em parceria com outras instituições.

Em 2016, o Conselho retomou a publicação de estudos temáticos sobre o sistema de ensino que pontualmente editou ao longo dos últimos anos, com a divulgação do primeiro de uma série de três estudos sobre organização escolar, dedicado à temática das turmas, a que se seguirão um segundo sobre tempo escolar e um terceiro sobre os agrupamentos de escolas. Concretizando a missão de avaliar regularmente o desempenho do sistema educativo, esta série de três estudos tem o intuito de contribuir para um melhor conhecimento dos seus problemas e para a qualificação das políticas públicas de educação. Numa sociedade onde o senso comum sobre educação tende a imperar sobre a análise rigorosa e sistemática dos problemas, a publicação regular destes estudos pretende sustentar a decisão política e esclarecer a opinião pública sobre a sua real dimensão, complexidade e dinâmica.

No âmbito do projeto *aQeduto: Avaliação, qualidade e equidade em educação* foram realizados onze fóruns, dez dos quais aconteceram em 2016. O projeto, desenvolvido em parceria com a Fundação Francisco Manuel dos Santos, teve como propósito construir um corpo de referenciais sobre avaliação, qualidade e equidade em educação, baseado em investigação comparada a partir das bases de dados dos alunos portugueses que participaram nos sucessivos ciclos de testes PISA (2000, 2003, 2006, 2009, 2012). Neste contexto, entre dezembro de 2015 e outubro de 2016 foram publicados folhetos e realizados debates, mensalmente, sobre o impacto nos resultados dos alunos de diferentes variáveis (retenção, ambiente familiar, o papel da escola, ensino privado e público, entre outras), que pretenderam dotar a opinião pública com informação credível e sustentada sobre o desempenho dos alunos portugueses, através de uma linguagem acessível, mas sem desvalorizar o rigor científico. Nesse sentido, foi criado um sítio na internet que reúne toda a documentação produzida no âmbito do projeto e que pode ser consultada em <http://www.aqeduto.pt/>.

Na Introdução do relatório *Estado da Educação 2015* chamei a atenção para as análises feitas no primeiro capítulo sobre a atitude dos alunos portugueses perante a escola e para a importância de os ouvir, de avaliar os seus problemas e aspirações e de compreender os seus comportamentos, uma vez que são eles o primeiro pilar do funcionamento das escolas. Importa aqui repetir a qualidade da geração que está nas escolas e a identificação de uma atitude maioritariamente positiva dos alunos

perante a escola; a assinalável tendência de diminuição do consumo de substâncias ativas, embora seja preocupante o aumento do uso de substâncias estimulantes. De igual modo, destaquei a melhoria do desempenho médio dos alunos portugueses, devida sobretudo à redução acentuada do grupo dos alunos com piores resultados e oriundos de um núcleo de escolas localizadas em meios desfavorecidos, que conseguiram de alguma forma contrariar o determinismo social. O que leva a crer que o princípio da equidade pode ser concretizado de uma forma mais eficaz, e só não o é porque persistem duas chagas sociais e educativas que são o abandono e a retenção.

O relatório permite igualmente identificar algumas questões que devem continuar na agenda da política educativa: a educação especial em que se verifica um aumento considerável de crianças sinalizadas e uma diminuição do número de técnicos; a rede escolar que, embora estabilizada, regista situações preocupantes decorrentes da diminuição da população escolar; o envelhecimento do corpo docente (43% dos docentes têm 50 e mais anos de idade); a retenção escolar que assinala uma ligeira melhoria, mas continua a apresentar números preocupantes; o financiamento da educação e os resultados dos exames, onde se introduziu uma nova abordagem de análise por domínios de aprendizagem.

Na segunda parte do *Estado da Educação 2015* publicam-se dois artigos científicos que abordam temas estruturais do ensino superior, o do *inbreeding* académico e o da produção científica.

Por último, quero destacar os pareceres e a recomendação que foram emitidos pelo CNE em 2016.

O primeiro parecer do ano apreciou os projetos de lei sobre *avaliação das aprendizagens e realização de provas finais no ensino básico*, apresentados por diversos partidos na Assembleia da República. A consideração do enquadramento normativo da avaliação externa das aprendizagens no sistema educativo português, dos seus princípios, instrumentos, evolução e consequências, resultou num conjunto de recomendações sobre o referido sistema, a perspetiva de eliminação das provas finais e exames e os efeitos de indução sobre o desenvolvimento curricular e a avaliação interna das aprendizagens.

O parecer sobre a *organização da escola e promoção do sucesso escolar* adveio do pedido de pronúncia sobre um conjunto de iniciativas parlamentares relativas ao número de alunos por turma e à promoção do sucesso escolar. O Conselho optou por enquadrar estas iniciativas numa análise mais ampla, que comporta tanto a organização das escolas, nas suas múltiplas dimensões, como a promoção do sucesso escolar, objetivo principal que se pretende atingir seja com a redução do número de alunos por turma seja com a própria reorganização da escola.

As propostas legislativas de suspensão da PACC (Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades) motivaram igualmente um parecer mais abrangente sobre a formação inicial de professores situando a reflexão numa visão inclusiva e sistémica, tendo em conta a inter-relação e a interdependência que estabelece com os vários domínios associados (habilitação profissional, formação profissional, dispositivos de recrutamento e seleção, mecanismos de operacionalização e de regulação do sistema).

A recomendação sobre *a condição docente e as políticas educativas* observou as condições de exercício, a missão, os papéis, funções e desafios dos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, partindo da identificação de um conjunto de tendências gerais e comuns e das questões que as mesmas suscitam.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 30 de dezembro de 2016

O Presidente, José David Justino

ANEXO – Programas de Conferência, Seminários e Fórum

Seminário – **Educar para que futuro?**
Ciclo Lei de Bases do Sistema Educativo

Data: 15 de fevereiro de 2016

Local: Conselho Nacional de Educação

PROGRAMA

10h00 ABERTURA

David Justino
Presidente do CNE

10h30

João Lobo Antunes
Professor Emérito da Universidade de Lisboa

José Pacheco Pereira
Historiador, Professor Universitário, ISCTE

António Coutinho
Médico - Investigador

Maria da Graça Carvalho
Professora Catedrática, IST;
Advisor na Direção Geral de Investigação e Inovação, Comissão Europeia

Carlos Maurício Barbosa
Presidente da Mesa-CNE

12h30 DEBATE

13h00 ALMOÇO LIVRE

15h00

Diogo de Lucena
Professor Catedrático, Nova School of Business and Economics da UNL

Boaventura de Sousa Santos
Professor Catedrático Faculdade de Economia,
Centro de Estudos Sociais, U.Coimbra

Daniel Bessa
Professor de Economia, Diretor Geral da COTEC

Alexandre Quintanilha
Professor Catedrático Jubilado e Investigador do i3S, Universidade do Porto

Paulo Sucena
Presidente da Mesa-CNE

17h00 DEBATE

17H30 ENCERRAMENTO

Seminário – **Currículo e Conhecimento: o que ensinar e como ensinar?**
Ciclo Lei de Bases do Sistema Educativo

Data: 14 de março de 2016

Local: Conselho Nacional de Educação

10h00 **ABERTURA**

David Justino
Presidente do CNE

10h30

Maria do Céu Roldão
Universidade Católica Portuguesa

Jorge Buescu
Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa

Luís Grosso Correia
Faculdade de Letras, Universidade do Porto

Aires Almeida
Escola Secundária Manuel Teixeira Gomes, Portimão

Presidente da Mesa
Pedro Dominginhos
Conselho Nacional de Educação

12h30 **DEBATE**

13h00 **ALMOÇO LIVRE**

15h00

Ana Maria Morais
Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

Jaime Carvalho e Silva
Universidade de Coimbra

Sónia Valente Rodrigues
Escola Secundária de Vilela, Paredes

Maria Figueiredo
Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Viseu

Presidente da Mesa
João Paulo Leal
Conselho Nacional de Educação

17h00 **DEBATE**

17h30 **ENCERRAMENTO**

Seminário – Aprendizagem, TIC e Redes Digitais

Data: 6 de abril de 2016

Local de realização: Conselho Nacional de Educação

9h30 ABERTURA

David Justino

Presidente do Conselho Nacional de Educação

10h00 CONFERÊNCIA: Histórias, Mitos e Aspirações das TIC na Educação em Portugal

António Dias Figueiredo

Universidade de Coimbra

Presidente da Mesa

José Alberto Rodrigues

Conselho Nacional de Educação

10h30 PAUSA PARA CAFÉ

10h45 PAINEL – TIC e aprendizagem

José Vítor Pedroso

Direção-Geral da Educação

António Moreira

Universidade de Aveiro

Presidente da Mesa

Fernando Almeida

Conselho Nacional de Educação

11h45 PAINEL – Novos desafios na Educação

Vânia Neto

Microsoft

José Luís Ramos

Universidade de Évora

Adelina Moura

Escola Secundária Carlos Amarante, Braga

Presidente da Mesa

Carlos Percheiro

Conselho Nacional de Educação

DEBATE

13h00 ALMOÇO LIVRE

15h00 PAINEL – Projetos e ideias inovadoras

Tito de Morais

Plataforma “MiudosSegurosNa.Net”

Neuza Pedro

IE Universidade de Lisboa

Ana Amélia Amorim Carvalho

Universidade de Coimbra

João Torres

ESE IP Setúbal

Presidente da Mesa

Maria Manuela Encarnação

*Conselho Nacional de Educação***DEBATE****16h30 PAUSA PARA CAFÉ****16h45 CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO: Aprender na Sociedade Digital: para uma escola em rede**

Paulo Dias

Universidade Aberta

Presidente da Mesa

José Bravo Nico

Conselho Nacional de Educação

Seminário – **A Organização do sistema educativo: ciclos de ensino e modalidades de educação**
Ciclo Lei de Bases do Sistema Educativo

Data: 11 de abril de 2016

Local de realização: Conservatório de Música do Porto

10h00 SESSÃO DE ABERTURA

Momento musical

Conservatório de Música do Porto

David Justino

Presidente do Conselho Nacional de Educação

10h30 ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO

Júlio Pedrosa

Universidade de Aveiro

João Formosinho

Instituto da Educação da Universidade do Minho

11h30 PAUSA PARA CAFÉ

11h45

1.º CICLO: INTEGRAÇÃO, MONODOCÊNCIA E COADJUVANÇA

Sérgio Niza

Movimento da Escola Moderna

ENSINO SECUNDÁRIO

Joaquim Azevedo

Universidade Católica Portuguesa

Jorge Ascensão

Presidente de Mesa

Conselho Nacional de Educação

12h45 DEBATE

13h15 ALMOÇO LIVRE

15h00

EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA

Maria João Cardona

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Manuela Sanches Ferreira

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

16h00 PAUSA PARA CAFÉ

16h15

ENSINO ARTÍSTICO

Jorge Ramos do Ó

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Luís Rothes

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

Sebastião Feyo de Azevedo

Presidente de Mesa

Conselho Nacional de Educação

17h15 **DEBATE**

17h45 **ENCERRAMENTO**

Seminário: **Escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetos, equidade e sucesso no sistema educativo**

Ciclo Lei de Bases do Sistema Educativo

Data: 16 de maio de 2016

Local: Escola Secundária Alves Martins - Viseu

9h30 **ABERTURA**

Adelino Azevedo Pinto
Escola Secundária Alves Martins

David Justino
Presidente do Conselho Nacional de Educação

10h00 **OS DESAFIOS DO ALARGAMENTO DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA**

Valter Lemos
ESE / Instituto Politécnico de Castelo Branco

António Figueiredo
Quaternaire Portugal

Presidente da Mesa
Gonçalo Xufre da Silva
Conselho Nacional de Educação

11h00 **PAUSA PARA CAFÉ**

11h15 **DIFERENCIAÇÃO DE TRAJETOS: COMO E QUANDO?**

Maria Paula Paixão
FPCE/ Universidade de Coimbra

Horácio Lourenço
Escola Artística e Profissional Árvore

Maria Helena Gonçalves
AE Cândido de Figueiredo | Tondela

Presidente da Mesa
José Luís Presa
Conselho Nacional de Educação

DEBATE

13h30 **ALMOÇO LIVRE**

15h00 **GARANTIR APRENDIZAGENS DE QUALIDADE PARA TODOS**

Ana Cláudia Cohen
AE de Alcanena | Alcanena

José Verdasca
CIEP | Universidade de Évora

Leonor Lima Torres
Instituto de Educação | Universidade do Minho

José Ilídio Sá
AE Manuel Gomes de Almeida / Espinho

Presidente da Mesa
Hugo Carvalho
Conselho Nacional de Educação

DEBATE

17h30 ENCERRAMENTO

David Justino
Presidente do Conselho Nacional de Educação

Seminário: Escola pública, liberdade de ensino e serviço público de educação**Ciclo Lei de Bases do Sistema Educativo****Data:** 6 de junho de 2016**Local:** Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro**10h00 ABERTURA**

António Fontainhas Fernandes

Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

David Justino

*Presidente do Conselho Nacional de Educação***10h30 LIBERDADE DE ENSINO E ACESSO À EDUCAÇÃO**

Manuel Braga da Cruz

Universidade Católica

Luís Bernardo

Universidade Nova de Lisboa

Presidente da Mesa

Cristina Vieira

*Conselho Nacional de Educação***11h15 PAUSA PARA CAFÉ****DIMENSÕES NORMATIVAS DA LIBERDADE DE ENSINAR E DE APRENDER**

Pedro Barbas Homem

Universidade de Lisboa

Abílio Morgado

Jurista

Presidente da Mesa

António José Martins da Silva

*Conselho Nacional de Educação***DEBATE****13h00 ALMOÇO LIVRE****15h00 LIBERDADE DE ENSINO E EQUIDADE DO SISTEMA**

Carlos Estevão

Universidade do Minho

Alexandre Homem Cristo

Doutorando ICS-UL

Presidente da Mesa

Fernando Almeida

Conselho Nacional de Educação

LIBERDADE DE ESCOLHA

Alda de Sousa

Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar

Francisco Vieira de Sousa

Externato Marista de Lisboa

Presidente da Mesa

Almerindo Janela Afonso

Conselho Nacional de Educação

DEBATE

17h30 **ENCERRAMENTO**

Seminário – Organização e desenvolvimento do ensino superior**Ciclo Lei de Bases do Sistema Educativo****Data:** 8 de julho de 2016**Local:** Universidade do Minho, Braga**10h00 ABERTURA**

Manuel Heitor

Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

António Cunha

Reitor da Universidade do Minho

David Justino

*Presidente do Conselho Nacional de Educação***10h45 FUTURE CHALLENGES FOR HIGHER EDUCATION**

Ruaidhri Neavyn

*Higher Education Authority - Irlanda***NATUREZA BINÁRIA DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR**

Marçal Grilo

Fundação Calouste Gulbenkian

Hugo Figueiredo

Universidade de Aveiro

Presidente da Mesa

Joana Brocardo

*Conselho Nacional de Educação***11h45 PAUSA PARA CAFÉ****12h00 ORGANIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DA FORMAÇÃO**

David Dill

University of North Carolina

Alberto Amaral

A3ES

Presidente da Mesa

Pedro Dominginhos

*Conselho Nacional de Educação***12h45 DEBATE****13h15 ALMOÇO LIVRE****15h00 INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE**

Pedro Teixeira

Faculdade de Economia | U. do Porto

Daniel Traça

Nova School of Business and Economics / UNL

Presidente da Mesa

António Cruz Serra

Conselho Nacional de Educação

16h00 PAUSA PARA CAFÉ

16h15 INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E ENSINO SUPERIOR

Elvira Fortunato

Faculdade de Ciências e Tecnologia / UNL

Mário Barbosa

I3S / Universidade do Porto

Presidente da Mesa

Isabel Sá Correia

Conselho Nacional de Educação

17h15 DEBATE

17h45 ENCERRAMENTO

Maria Fernanda Rollo

Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Seminário – Formação de professores: dilemas e desafios**Ciclo Lei de Bases do Sistema Educativo****Data:** 24 de outubro de 2016**Local:** Instituto Politécnico de Santarém**9h30 ABERTURA**

Jorge Justino

Presidente do Instituto Politécnico de Santarém

David Justino

*Presidente do Conselho Nacional de Educação***10h00 FORMAÇÃO CONTÍNUA**

João Lopes

C.C.P.F.C. / Universidade do Minho

Luís Tinoca

Instituto de Educação / Universidade de Lisboa

Presidente da Mesa

Nuno Bordalo Pacheco

*Instituto Politécnico de Santarém***11h00 PAUSA PARA CAFÉ****11h15 PROBLEMAS E DESAFIOS**

Marco Snoek

Hogeschool van Amerstandam

Assunção Flores

Instituto de Educação / Universidade do Minho

Presidente da Mesa

Manuel Miguéns

*Conselho Nacional de Educação***12h30 DEBATE****13h00 ALMOÇO LIVRE****14h30 FORMAÇÃO INICIAL**

Cheryl Craig

University of Texas

César Sá

ESE / IP de Viana do Castelo

Rogélio León Romeo

Faculdade de Letras / Universidade do Porto

Presidente da Mesa

Teresa Leite

Conselho Nacional de Educação

16h00 PROFISSIONALIZAÇÃO E ACESSO

Dárida Fernandes

ESE | IP do Porto

Marcos Onofre

Faculdade de Motricidade Humana | UL

Presidente da Mesa

Manuel Grilo

Conselho Nacional de Educação

17h00 DEBATE

17h30 ENCERRAMENTO

Seminário – Centralidade, Descentralização e Autonomia em Educação**Ciclo Lei de Bases do Sistema Educativo****Data:** 14 de novembro de 2016**Local:** Instituto Politécnico de Leiria**9h30 ABERTURA**

Nuno Mangas Pereira

Presidente do Instituto Politécnico de Leiria

David Justino

*Presidente do Conselho Nacional de Educação***10h00 PAINEL | Políticas de descentralização: o caminho percorrido**

João Manuel Pinhal

Instituto de Educação | Universidade de Lisboa

António José Ganhão

Professor Aposentado

Presidente da Mesa

Porfírio Silva

*Conselho Nacional de Educação***11h15 PAUSA PARA CAFÉ****11h30 PAINEL | Desenvolvimento económico e atribuição de competências na educação**

Linda Gonçalves Veiga

Escola de Economia e Gestão | Universidade do Minho

Pedro Costa Gonçalves

Faculdade de Direito | Universidade de Coimbra

Presidente da Mesa

Nilza de Sena

*Conselho Nacional de Educação***13h00 ALMOÇO LIVRE****14h30 PAINEL | Descentralização/desconcentração e autonomia em educação**

Alberto de Jesus Almeida

Museu Pedagógico de Lamego

Dora Fonseca de Castro

Dep. de Educação e Psicologia | Universidade de Aveiro

Presidente da Mesa

Vanessa Silva

Conselho Nacional de Educação

15h45 **PAUSA PARA CAFÉ**

16h00 **PAINEL | Luzes e sombras da descentralização**

António Sousa Fernandes

Instituto de Educação | Universidade do Minho

António Neto-Mendes

Dep. de Educação e Psicologia | Universidade de Aveiro

Presidente da Mesa

Francisco Santos

Conselho Nacional de Educação

17h30 **ENCERRAMENTO**

David Justino

Presidente do Conselho Nacional de Educação

Rua Florbela Espanca / 1700-195 LISBOA

Contacto (+351) 217 935 245